



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003534-78.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Jose Aparecido Iroldi**
 Requerido: **BANCO DO BRASIL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha débitos em relação ao réu e que fez um empréstimo com outra instituição financeira para quitação de parte dessas dívidas.

Alegou ainda que o réu indevidamente reteve a totalidade de tal montante, de sorte que almeja à condenação do mesmo a restituir-lhe essa importância.

O exame da contestação, bem como dos documentos que a instruíram, evidencia que o réu não perpetró qualquer ilicitude contra o autor.

Nesse sentido, é certo que ele próprio solicitou, por intermédio de Advogado, que o réu limitasse os descontos em sua conta, para quitação dos débitos em aberto a seu cargo, em 30% de seu salário líquido (fl. 22).

É certo, outrossim, que o réu passou a assim proceder (fls. 23/46), até que o autor contraiu empréstimo diante de outra instituição financeira.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Quando o valor correspondente foi creditado na conta do autor sua utilização pelo réu foi imediata, saldando parte da dívida que remanesce a descoberto.

Não se entrevê qualquer irregularidade nesse procedimento porque o empréstimo não se confundia com o salário do autor, ostentando à evidência natureza diversa.

Bem por isso, poderia ser empregado integralmente para a satisfação da obrigação que ele mantinha com o réu.

O salário do autor, no mais, não foi afetado por essa operação e de forma alguma se vislumbra vício a macular a conduta do réu.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida, ausente lastro que desse suporte aos fatos articulados pelo autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**